

AO EXPEDIENTE DO DIA
16 de 05 de 07
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epiácio Pessoa



Projeto de Lei nº 141 /2007

Do Deputado Ivaldo Moraes

Proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica, água e telefone nas vésperas de feriados e finais de semana em todo o Estado da Paraíba, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa da Paraíba Decreta:

Art.1º - Fica proibido o corte no fornecimento de energia elétrica, água e telefone nas vésperas de feriados e finais de semana em todos os domicílios residenciais e estabelecimentos empresariais, industriais, hospitalares e comerciais situados no território do Estado da Paraíba.

Art.2º - A interrupção do fornecimento dos serviços relacionados no artigo anterior só será permitida nos casos de ligações que tenham sido realizadas de forma fraudulenta ou clandestina, ou mediante cumprimento de determinação judicial devidamente cientificada aos usuários com antecedência de cinco dias úteis da data prevista para a realização do corte.

Parágrafo único - A antecedência de cinco dias úteis prevista no caput deste artigo tem por objetivo permitir aos usuários notificados a oportunidade de solucionar o problema junto às empresas responsáveis pelo fornecimento dos mesmos, dentro de um prazo razoável.

Art.3º - Nos casos de acidentes que coloquem em risco o patrimônio de terceiros, como também a segurança e o bem-estar das populações, ficam as empresas mencionadas nesta lei autorizadas a promover a interrupção do fornecimento de energia elétrica até que sejam feitos os consertos necessários.

Parágrafo primeiro – O corte no fornecimento da energia elétrica com base no disposto no caput deste artigo só poderá ser efetivado mediante requerimento formalizado por autoridade competente.

Parágrafo segundo – Tão logo sejam sanados os problemas que originaram o pedido do corte do fornecimento da energia elétrica, o mesmo terá que ser restabelecido imediatamente.

Art.4º - Nos demais dias da semana, a interrupção no fornecimento de água, energia elétrica e telefone só poderá ser efetuada após aviso prévio levado ao conhecimento do usuário no prazo mínimo de 24 horas antes da efetivação do corte.

Art.5º - Havendo interrupção indevida dos serviços, a empresa responsável será obrigada a providenciar a religação imediatamente, observado o prazo máximo de uma hora após a realização do corte.

Parágrafo único – A não observância ao disposto neste artigo sujeitará a empresa infratora ao pagamento, a título de indenização e em favor do usuário prejudicado, de multa no valor fixado entre 500 e 5,000 UFIR's.

Art.6º - Ficam as empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, água e telefone obrigadas a manter Plantão 24 horas para receber e atender solicitações de religação dos serviços aos sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único – A religação mencionada no caput deste artigo refere-se aos casos de interrupção do fornecimento permitida com base no que dispõem os artigos 2º e 3º desta lei.

Art.7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Seções da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.
João Pessoa, 14 de maio de 2007.


IVALDO MORAES
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA



O Projeto de Lei que ora apresento tem por objetivo garantir um maior equilíbrio nas relações de consumo atinentes aos serviços de telefonia, água e energia elétrica no Estado da Paraíba. E a base principal desse equilíbrio está exatamente na oportunidade que se deve oferecer aos usuários de poderem usufruir os serviços acima relacionados sem interrupções, respeitado o direito das empresas fornecedoras de cobrar e fazer valer o direito de receber o pagamento devido pelos produtos por elas disponibilizados.

Como é do conhecimento de todos os colegas parlamentares, muitas vezes, por motivos de ordem financeira, grande parcela dos usuários acaba deixando em atraso seus compromissos financeiros relacionados à água, à energia elétrica e às linhas telefônicas que utiliza, fato que leva as empresas fornecedoras a cortar o fornecimento como forma de pressão para receber os recursos financeiros que lhes são devidos.

Nos momentos da efetivação dos cortes, normalmente há, por parte dos usuários inadimplentes, uma mobilização no sentido de conseguir os recursos necessários para pagar os débitos e ter de volta os serviços que são essenciais ao seu bem-estar. Em dias normais, pagas as contas atrasadas, a religação é feita de forma imediata, ficando ambas as partes (fornecedor e consumidor) satisfeitas.

Acontece que muitas vezes as interrupções no fornecimento dos serviços citados neste Projeto de Lei são feitas às vésperas dos finais de semana ou de dias feriados, o que torna inviável o pronto atendimento de religação mediante o pagamento das dívidas por parte dos usuários. E estes (os usuários) acabam, mesmo com as contas pagas, tendo que esperar pelo início da semana ou pelo dia seguinte ao feriado para voltar a ter acesso ao serviço até então suspenso, o que não é justo.

Ora, se o corte no fornecimento é o principal mecanismo que as empresas utilizam para combater a inadimplência dos usuários, não há porque tal fornecimento permanecer suspenso após o pagamento das dívidas que motivaram a suspensão. Daí porque a nossa propostas de impedir que esses cortes sejam feitos às vésperas dos feriados, sábados e domingos – dias em que pára tudo, menos as necessidades dos usuários.

Em seu artigo segundo, o presente Projeto de Lei prevê a permissão do corte dos serviços de água, energia elétrica e telefones nos casos de ligações que tenham sido realizadas pelos usuários de forma fraudulenta ou clandestina, ou mediante cumprimento de determinação judicial devidamente cientificada aos habitantes dos imóveis ou responsáveis pelos estabelecimentos atingidos pela medida, tudo com a devida antecedência de cinco dias úteis da data da realização do corte.

Tal artigo foi adicionado neste Projeto de Lei como mecanismo de preservação do combate às ações fraudulentas, como também para permitir aos usuários responsáveis pelas irregularidades a oportunidade de regularizar a situação junto às empresas responsáveis pelo fornecimento dos serviços, dentro de um prazo razoável.

Com relação aos dias normais, propomos nesta matéria que o corte somente seja efetuado após aviso prévio levado ao conhecimento do usuário com antecedência mínima de 24 horas. Isso fará com que se ofereça aos usuários mais uma chance de sair da inadimplência, coisa que interessa especialmente às empresas fornecedoras, cujo interesse maior é receber o dinheiro a que têm direito, e não cortar o fornecimento dos serviços por elas oferecidos.

Propomos ainda a obrigatoriedade de as empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, água e telefone manterem Plantão 24 horas para receber e atender solicitações de interrupção ou religação dos serviços aos sábados, domingos e feriados, especialmente nos casos motivados por acidentes relacionados à energia elétrica que coloquem em risco o patrimônio de terceiros, como também a segurança e o bem-estar das populações.

Com base no que dispõe o artigo 3º deste Projeto de Lei, nos casos de acidentes, as empresas que trabalham com energia elétrica ficam autorizadas a promover a interrupção do fornecimento de energia até que sejam feitos os consertos necessários. O corte, nestes casos, só poderá ser efetivado mediante requerimento expressamente formalizado por autoridade competente, como a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros.

Diante do exposto, e considerando a importância da iniciativa para o equilíbrio das relações de consumo que cercam os bens aqui relacionados, peço o apoio e a colaboração dos colegas parlamentares no sentido da aprovação desta matéria, no âmbito deste Poder Legislativo, confiante de que ela deva contar, no âmbito do Poder Executivo, com o aval do Excelentíssimo Senhor governador do Estado.


IVALDO MORAES
Deputado Estadual



PEDIDO DE VISTA

Concedido ao Deputado:

Em 14.08.07

Horas: _____ min

Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

SECRETARIA LEGISLATIVA



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário

As fls. 141 sob o nº 141

Em 15 / 05 / 2007

Antonio
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 16 / 05 / 2007

Antonio
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo

Em, 16 / 05 / 2007.

Pl. Magalhães Maia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa

No dia 16 / 5 / 2007

Ram Torres
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____ / ____ / 2007.

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

FRANCISCO LUCENA

Em 18 / 05 / 2007

[Assinatura]
Deputado
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2007

Parecer

Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (____) Turno

Em ____ / ____ / 2007.

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(04) Página (s) e (____)
Documento (s) em anexo.

Em 15 / 05 / 2007.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



PROJETO DE LEI Nº 141/2007

Proíbe o corte de fornecimento de energia elétrica, água e telefone nas véspera de feriados e finais de semana em todo Estado da Paraíba, e dá outras providências.

AUTOR : Dep. Ivaldo Moraes
RELATOR: Dep. Fabiano Lucena

PARECER Nº 294/07

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Nº 141/2007**, da lavra do ilustre **Deputado** Ivaldo Moraes, e que pretende proibir o corte fornecimento de energia elétrica, água e telefone nas véspera de feriados e finais de semana em todo o Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em exame tem por objetivo, de impedir que nos finais de semana e feriados, que funcionários dessas empresas não suspenda os serviços prestados devido a falta de pagamento de alguns consumidores, no entanto essas concessionárias tem suas próprias resoluções como forma de regular o bom andamento das mesma.

A matéria legislativa epigrafada é de relevante e inegável interesse público, tomando como norte a simples leitura da propositura, bem como, diante dos fatos e consistentes argumentos exarados pelo autor em suas justificativas.

Não obstante, entendo, que apesar da importância e interesse público da matéria, o Projeto não tem como prosperar, por erro formal de iniciativa, uma vez que o assunto tratado em seu bojo é matéria legislativa de competência de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme preconizado no art. 63, § 1º, alínea "b" da Constituição Estadual, que assim declara:



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Constituição Estadual de 1989

"Art. 63 - [.....].

§ 1º - São de iniciativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa, matéria tributária, orçamentária e serviços públicos;

Desse modo, juridicamente o presente projeto não tem como lograr o êxito pretendido pelo autor, haja vista que padece de vício formal de iniciativa, quando ensina a doutrina e a jurisprudência pátria, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto, conforme anotações ao § 1º do art. 61 da Constituição Federal, da obra "A Constituição na Visão dos Tribunais - Interpretação e Julgados artigo por artigo, vol. 2, 1997, Ed. Saraiva, p. 592, citando Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Comentários..., v. 2, op. cit., p. 95, "in verbis":

"A violação dessa regra importa, como é óbvio, em violação da Constituição. Vicia, por isso, inapelavelmente qualquer projeto".

A jurisprudência do STF (v. Súmula 5) entendia o contrário, apesar da forte crítica de grande parte da doutrina. Essa orientação, todavia, foi mudada. O leading case a este propósito está na representação n. 890-GB, na linha da qual se pode citar a decisão da representação n. 1.051/1-GO, relatada pelo Ministro Moreira Alves. Nestes arestos está a tese de que a sanção não convalida defeito de iniciativa.

Obs. grifo nosso.

Diante de tais considerações, esta relatoria, com fulcro no art. 63, § 1º, inciso II, alínea "b" da Constituição Estadual, opina seguramente pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Nº 141/2007**, por erro formal de iniciativa, sugerindo ao autor, que através de Requerimento, previsto no art. 95, inciso III, do Regimento Interno, encaminhe o Projeto em epígrafe ao Chefe do Executivo Estadual, para que este mediante os órgãos competentes, estude a possibilidade de desencadear o processo legislativo, dado ao interesse público da matéria.

É o voto.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 2007

Fabiano Lucena
Dep. Fabiano Lucena
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Nº 141/2007**, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 2007


DEP. Zenóbio Toscano
Presidente



DEP. Trócoli Junior
Membro


DEP. Dinaldo Wanderley
Relator


DEP. Leonardo Gadelha
Membro


DEP. João Henrique
Membro


Dep. Jevê Campos
Membro


DEP. Fabiano Lucena
Relator

Apreciada Pela Comissão
No Dia 23/10/07